

## **MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM LONGO PERCURSO**

**ROK SÔNIA NAIÁRIA DE OLIVEIRA**

Mestre em História e Culturas – UECE

**MARIA ELCELANE DE OLIVEIRA LINHARES**

Mestranda em História e Culturas – UECE

**ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA**

Mestranda em História e Culturas – UECE

### **Considerações iniciais: a memória e seu lugar social**

Não há como falar sobre Educação Patrimonial sem enfatizar o papel da memória. Segundo Pierre Nora (1981, p.08), nossa sociedade contemporânea é marcada por rápidos e intensos processos de transformações, partindo disso a preocupação para com a preservação do passado. Ele denomina esses processos como *aceleração*, entendendo que é isso o que causa “[...] toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardam consigo o segredo” e o presente em que as transformações acontecem. Nora acredita haver uma morte da memória em nossa atualidade, sendo que não existiria um repasse de tradições vivas entre as gerações. Analisa ainda que, os vestígios que dão a ilusão de cristalização do passado, nos quais podemos chamar de patrimônios, só existem porque não existem mais esses meios vivos de memórias.

A discussão levantada por Nora pode parecer pessimista, na medida em que apresenta certa descrença para com a existência de uma memória viva e pulsante no seio de nossa sociedade. Entretanto, nos propõe pensar a questão do patrimônio criticamente como um campo de idealização do passado, e não como veículo que se explicaria por si só. Esses lugares de memórias, os patrimônios, são na maioria das vezes a única forma que as sociedades têm para reestabelecer o elo perdido com o passado, e, por conseguinte construir uma identidade.

Entrementes, o estabelecimento dos lugares de memórias não se dá de forma harmônica, pois esse é na verdade campo de disputas e interesses diversos. Preservar é, antes de tudo, fazer uma seleção daquilo que se deve lembrar e aquilo que se deve esquecer, como daquilo que se deve falar e aquilo que se deve silenciar, como o próprio exercício de memória o é (POLLAK, 1989). O campo patrimonial é, portanto, uma arena política permeada de conflitos.

De toda forma a Educação Patrimonial é imprescindível para que nos apropriemos de todas essas reflexões. Ademais nos últimos anos, os produtores de saber, que se dedicam ao estudo do patrimônio ou propagação da educação patrimonial, vêm assimilando toda a complexidade que ensaiamos nos parágrafos anteriores, como sendo fundamentais. Sem mais delongas, a seguir apresentamos um panorama geral sobre as concepções em torno de patrimônio, sobre o contexto de inserção da preservação patrimonial, e sobre essas premissas dentro das políticas da Educação brasileira.

### **A educação patrimonial: dos monumentos de “pedra e cal” a preservação de memórias**

Numa sociedade frenética, marcada pelo “presentismo” onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer segundo as prerrogativas de Hartog (2013). O debate em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural ganha destaque nas variadas esferas educacionais, políticas e sociais, como uma tentativa de preservar a memória dos grupos. Pesquisas nos meios acadêmicos das mais diversas áreas insistem na necessidade de conhecer e preservar o patrimônio, seja ele tangível ou intangível. A própria existência desses debates nos apresenta um contexto de muitas mudanças, tendo em vista que por muito tempo a ideia do que era digno de ser preservado esteve restrita a esferas políticas, a personificação de grandes heróis com seus feitos históricos e aos “monumentos” de

pedra e cal, que excluam grande parte da população, deixando de lado seus anseios e experiências.

Tal fato veio a ser questionado a partir de longos debates, empreendidos principalmente desde a década de 1980, culminando no ano de 2000 com o decreto 3.551, que deu início a uma visão menos reducionista de patrimônio, instituindo o registro de bens culturais de natureza imaterial. É o chamado patrimônio intangível, focado na valorização do saber fazer. Portanto, a implementação desse decreto possibilitou que o patrimônio passasse a ser visto como testemunho de temporalidade e portador de múltiplas vivências e historicidades. Tendo em mente que, todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio.

A relação entre Educação e patrimônio histórico sempre foi estreita, já que nossos governantes desde cedo perceberam os espaços de estudos, como escolas e universidades, um campo fértil para investirem suas concepções e ideologias. No Ensino básico (fundamental e médio) e nas universidades, que tiveram seus papéis delineados a partir de reformas iniciadas por Francisco Campos na década de 1930, em pleno governo de Getúlio Vargas, a visão tradicional de patrimônio sempre foi muito difundida, assim como uma visão tradicional de ensino e de história.

Foi no Governo de Vargas que as lideranças políticas começaram a perceber a necessidade de resguardar, restaurar e divulgar patrimônios históricos e artísticos de nosso país. Contudo, nesse momento, a visão do que devia ser preservado era muito limitada, focando principalmente nas Igrejas de arquitetura Barroca e demais prédios do período colonial. Assim, para uma história, um ensino e uma política que valorizavam as datas, os fatos e os grandes nomes de uma história dita oficial, era muito comum dedicar o título de patrimônio a prédios e objetos monumentais. A grandiosidade da obra e seu significado para nossa história nacional era o principal motivo da preservação de um bem. Infelizmente essa é

uma visão que ainda persiste em lugares onde um significado mais abrangente e dinâmico de patrimônio não é difundido.

Diante dessa estreita relação, a mudança na concepção de patrimônio está diretamente relacionada a uma mudança na própria visão da educação, influenciadas também pelos debates em torno de uma nova percepção de cidadão que culminou na constituição cidadã brasileira de 1988. Portanto, a década de 1980 foi marcada por uma onda de reformulações, que também perpassaram o âmbito educacional. Esse foi um momento de intensos debates sobre a redemocratização do país, e pressupunha uma maior recepção das camadas populares. Os enfoques foram direcionados ao fortalecimento de uma política com a participação de todos os setores democráticos.

Nesse momento, o discurso aponta para uma valorização da diversidade, e conseqüentemente empreende-se debates a cerca da preservação do patrimônio dessa diversidade. A pluralidade cultural e as manifestações multifacetadas do ser brasileiro e das experiências dos diversos sujeitos passaram a ganhar tons mais positivos. Assim, as propostas educacionais passam a centrar-se na relação ensino aprendizagem e não mais exclusivamente no ensino, valorizando, pois a “construção da aprendizagem” através da relação docente, discente e comunidade. Isso também define uma nova relação com o patrimônio, que não deveria ser visto como algo pronto e acabado, mas como um elemento cotidiano que pode ter várias construções e significados em torno de si, sendo, pois articulado com o vivido. É o destaca Bittencourt (2004).

Nesse contexto, surge uma nova metodologia relacionada à educação e a preservação do patrimônio. A metodologia da educação patrimonial chega ao Brasil, a partir da década de 1980, mais precisamente em 1983, e tem como marco a ação precursora do Museu Imperial de Petrópolis, com o 1º Seminário sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos. Maria de Lourdes Pereira Horta apresentou a expressão Educação Patrimonial, que para ela signifi-

cava “o ensino centrado no objeto cultural e na evidência material da cultura”. Isso impulsionou uma conjuntura favorável à discussão do patrimônio, e uma série de ações desencadeadas na virada da década de 1980 para a de 1990. Contudo, só no final dos anos 90 é que a educação para o patrimônio histórico começou a ser internalizada nos espaços de memória. O ensino começou ocorrer em ambientes normais de ensino (escolas), mas também através da aprendizagem em museus, memoriais, parques e associações. Investindo na conscientização da comunidade para projetos de preservação locais.

Deste modo, segundo Barroso (2010) o campo de trabalho da educação patrimonial, através do entendimento de sua importância e de investimentos legais, tem ganhado amplo espaço, direcionado a implementação de vários projetos tanto em polos de educação formais, como não formais. As leis e parâmetros que regulamentam a educação Formal desde a constituição de 1988, falam do respeito à diversidade e da valorização das diversas manifestações culturais do país. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, assegura aos estudantes um ensino diversificado voltado para as características regionais e locais de cada cultura.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PICUNS), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), está prevista a temática da Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental, o objetivo é levar os educandos a perceber a importância de valorizar toda e qualquer manifestação cultural, desde os grandes acontecimentos e monumentos, até as práticas e vivências de pessoas comuns. Os PCNs do ensino médio também falam da necessidade de estabelecer relações com o patrimônio histórico e cultural, resgatando as memórias e identidades locais, regionais e nacionais. Ambos falam do diálogo e dão espaço a projetos de Educação Patrimonial nas escolas.

Portanto, segundo Ricardo Oriá<sup>1</sup> a educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino vol-

---

<sup>1</sup> ORÍÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial: reconhecer para preservar**. Disponível em <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)> Acesso em 2011.

tada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, com temáticas e conteúdos que versem sobre o conhecimento e a preservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, incentivando-os a conhecer o acervo patrimonial local. Isso permite uma leitura crítica dos bens culturais e da dinâmica cultural dos diferentes grupos.

A importância de empreender ações educativas é um debate realizado há muito tempo por órgãos como IPHAN (Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional), ICOMOS (Conselho internacional de monumentos e sítios) e UNESCO (Organização das nações unidas para Educação, ciência e cultura). O IPHAN em muitas de suas publicações, seminários e em suas políticas de preservação sempre demonstrou reconhecer a importância de empreender um trabalho educacional com relação ao patrimônio. E 1999 lançou um guia básico de educação patrimonial. Que apresenta uma nova visão de como compreender e trabalhar com o patrimônio.

O Intuito do guia é discutir dentro das escolas a respeito da preservação do patrimônio, buscando traçar uma nova consciência. Assim, o guia funciona como um roteiro de orientação para os debates e estudos no assunto, apresentando metodologias voltadas aos bens de memória. Abrindo novos caminhos e concepções sobre o patrimônio cultural brasileiro. Segundo o Guia, as metodologias da educação patrimonial podem ser aplicadas a qualquer evidência material ou manifestação de cultura.

Descobrir significados, valores, usos diferenciados, que dão sentido as evidências culturais e informar os modos de vida das pessoas são tarefa da educação patrimonial. Nessa perspectiva, o Patrimônio funcionaria como ferramenta do aprendizado, onde um único monumento tem várias possibilidades de estudo. O Guia apresenta ainda as etapas da análise de um objeto que são: Observação, Registro, Exploração, e Apropriação. Ressaltando que o con-

ceito de mudança e continuidade é importante para a compreensão do patrimônio cultural, fazendo-se perceber as permanências e transformações de uma dada realidade.

O guia funciona também como um excelente material de uso didático. Tendo em vista que um aspecto que também desperta interesse é a necessidade de profissionalizar ou auxiliar os docentes a respeito de como lidar com a educação patrimonial. A atuação do professor é um aspecto que ainda traz preocupações, tendo em vista que grande parte dos docentes que trabalham com a temática do patrimônio, são os profissionais de história e estes também apresentam uma enorme dificuldade no trabalho com a história local, seja ela de seu estado ou município.

As Diretrizes curriculares de história foram lançadas em 2001 no âmbito nacional, exigindo conteúdos complementares que forneçam capacitação, mesmo que mínima ao profissional de história, no trato com áreas como: arquivologia, museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, dentre outros. A partir de então todos os cursos de graduação em história no Brasil, tiveram que reformular suas bases curriculares, devendo necessariamente incluir disciplinas voltadas ao patrimônio histórico. Com isso percebeu-se uma ampliação do papel do historiador e professor de história, que deve dialogar para construir entre seus educandos a consciência do respeito ao passado, no presente, no tocante a proteção dos bens materiais e imateriais representativos.

Situados num contexto de rápidas mudanças, os docentes precisam compreender a importância das experiências do passado, pois são elas que embasam muito do que temos e somos na atualidade. É, pois, uma necessidade de conexão com a memória dos grupos, suporte para uma análise das experiências. Sendo assim, o patrimônio cultural é parte de um processo educativo. É, pois, imprescindível valorizar as experiências dos alunos e dos seus antepassados, utilizando-se dos vários mecanismos encontrados por eles para se ligar a esse passado.

Para Machado e Monteiro (2010, p.25-26) “a escola tem por função trabalhar com o conhecimento socialmente produzido, não como transmissão pura e simples, mas na perspectiva da sua reconstrução e ressignificação.” Valorizar o patrimônio é valorizar as experiências dos sujeitos. Nesse sentido, o currículo escolar não pode desconsiderar a produção cultural, principalmente porque os projetos políticos-pedagógicos sempre fazem referência à formação de cidadão e há uma relação estreita entre os conceitos de patrimônio, identidade e cidadania.

### Considerações finais

A educação patrimonial é, pois, uma proposta interdisciplinar de ensino e faz parte de um senso de preservação da memória histórica. Por isso, acredito que mesmo despertando interesse e contando com a atuação dos profissionais de diversas áreas, nas escolas, universidades e até mesmo em lugares de memórias (museus, memoriais, parques, arquivos,) conta predominantemente com a atuação dos historiadores. Sendo a história uma disciplina que nas palavras de Marc Bloch estuda o “homem no tempo”, o patrimônio é parte de uma memória e como tal permite elos de pertencimento com o passado. A memória é um elemento da identidade coletiva, através da memória o indivíduo seleciona fragmentos do passado mobiliza este passado e atribui a ele um valor, um sentido.

Assim, a importância da educação na preservação do Patrimônio histórico e Cultural está para além de uma exigência curricular das instituições formais de ensino. Uma educação para o patrimônio deve levar os sujeitos a se reconhecerem como agentes de uma história e como tal, portadores de uma memória. Todo sujeito, toda cidade, todo grupo possui um patrimônio a ser preservado. Possui uma memória que merece ser mantida e apresentada às gerações futuras. Assim, a relação entre educação e patrimônio não é aquela estabelecida apenas em instituições de ensino, essa educa-



ção do olhar, do perceber e do analisar o que deve ser tratado como patrimônio deve ser algo cotidiano. “Patrimonializar” um bem (material ou imaterial) é uma ação política e cidadã, pois faz parte de uma escolha. Desta feita, um dos grandes desafios em relacionar educação e Patrimônio de forma mais efetiva, é justamente encontrar maneiras e estímulos de envolver toda a sociedade nesse processo de tomada de consciência com relação à preservação.

### Referências bibliográficas

BARROSO, Gustavo. “A defesa do nosso passado”. In: **Anais do Museu Histórico nacional**. V. IV, 1943. Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1947.

BOLLE, Wille *apud* NEVES, Berenice A. de Castro. Patrimônio cultural e identidades. In: **Turismo, cultura e identidade**. Martins, C. (org.), São Paulo: Ed. Roca, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al.], -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: **Projeto História** – Revista do programa de estudos de Pós- graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981.

ORIÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial: reconhecer para preservar**. Disponível em <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)> Acesso em 2011.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Patrimônio e memória**.

**UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 1.**

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol.2, nº 3, 1989.

SOUZA, Renilfran Cardoso de; SOARES, Daniela Santos Silva. Educação patrimonial: o papel do professor de história na conscientização da salvaguarda do patrimônio cultural. **V Colóquio internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão- SE, Brasil. 2011. ISSN: 1982-2657

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de história**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211 2008.

VELLOSO, Monica. **Cidades**. Tempo, Rio de Janeiro, vol.5, nº 9, 2000, p. 185-189.